

PANEGÍRICO DE JOSÉ ISAAC PILATI AO PATRONO DA CADEIRA 2 DA ACALEJ JOSÉ ARTHUR BOITEUX PROFERIDO NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA, EM FLORIANÓPOLIS, AOS 11 DE MARÇO DE 2015, ÀS 17H.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Instituto e Histórico e Geográfico de Santa Catarina, e desta Sessão Solene, Professor Doutor Augusto Cesar Zeferino; Excelentíssimo Senhor Presidente da Academia Catarinense de Letras Jurídicas, Professor Doutor Cesar Luiz Pasold; Excelentíssimo representante da Academia Catarinense de Letras, Professor Doutor Jali Meirinho; Excelentíssimo representante do Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina Desembargador Raulino Jacó Brüning; Excelentíssimo Professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Secretário Municipal de Educação; Excelentíssima representante da Academia Catarinense de Medicina, Doutora Marta Rinaldi Müller; Excelentíssimo Senhor Doutor José Carlos Pacheco, Membro do Conselho Estadual de Educação; Excelentíssimo Senhor Jornalista Ademir Arnon, representando a Associação Catarinense de Imprensa. Demais autoridades que se identificaram ao Cerimonial, Doutora Islândia Schneider Heerdt, representando o Rotary Club de Florianópolis; Professora Sonia Ripoll Lopes, Presidente da Academia de Letras de Palhoça; Coronel Roberto Rodrigues de Menezes, Presidente da Academia de Letras dos Militares Estaduais de Santa Catarina; Professor Doutor José Rubens Morato Leite, dileto confrade da ACALEJ e representante do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Cursos de Mestrado e Doutorado; Mestranda em Direito da UFSC Roberta Terezinha Uvo Bodnar, Procuradora Federal, neste ato representando o corpo discente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina; Senhoras e Senhores Membros eméritos e efetivos deste Instituto aqui presentes: Iza Vieira da Rosa Grisard, Marly Anna Fortes Bustamante Mira, Maura Soares, José Carlos Pacheco, Maria Lúcia de Paula Hermann, Nereu do Vale Pereira, Edson D'Ávila, Ronaldo Schara, Julio de Queiroz, Jali Meirinho, Osmarina Maria de Souza, Roberto Rodrigues de Menezes, Nelson Grisard, Cristina Dalla Nora, Cesar Luiz Pasold, Eleutério Manuel da Conceição, Betina Adams, Aluizio Blasi e Carlos Eduardo Caminha. Um cumprimento especial à Senhora Eloá Paschoal Pítsica viúva de Paschoal Apóstolo Pítsica, Patrono da Cadeira nº 30 da ACALEJ; Escritora Zenilda Nunes Lins, viúva de Hoyêdo Gouvêa Lins; Senhores servidores desta Casa, que eu saúdo na dedicada pessoa da Secretária do IHGSC Elisabeth Luz Souza; Senhora Irlete Pilati, em cujo nome e do dileto confrade Aluizio Blasi saúdo os demais presentes, as senhoras e senhores que me prestigiam a mim, ao Instituto e à figura imortal de José Arthur Boiteux. Muito obrigado a todos!

Senhor Presidente,

Há certos lugares e épocas da história que se incarnam em personagens, com eles se confundem e com eles atravessam o fluxo e o refluxo do tempo imemorial. A saga dos catarinenses na transição do Império para a República, e o modo de ser dos catarinenses em seu território depois do Contestado, enfim, o que somos de Brasil nessa anatomia da civilização Ocidental, tudo está intimamente ligado a um dos personagens mais expressivos da novel República em Santa Catarina, o nosso homenageado de hoje e deste ano: José Arthur Boiteux. Estamos a comemorar a passagem do seu centésimo quinquagésimo

aniversário de nascimento, efeméride que é para este Instituto Histórico, para a Academia Catarinense de Letras Jurídicas e para o Estado barriga-verde motivo de júbilo e ocasião de reflexão.

Esta Casa da Cultura tem o seu dedo e o seu nome. E a sua estátua. Este Instituto a que pertencemos com tanto orgulho e que abre o ano acadêmico em tamanha gala e pujança, foi fundado por ele, a exemplo da coirmã e condômina deste espaço, a Academia Catarinense de Letras. O Curso de Direito em que leciono com tanta honra, foi ele quem fundou, a exemplo do Instituto Politécnico. A fundação de apoio daquele Curso de Direito, fundada em 1958 e tão decisiva na luta para criação da Universidade Federal de Santa Catarina, também leva o seu nome: Fundação José Arthur Boiteux, a exemplo de lugares, município, ruas, bibliotecas, escolas e outros espaços do nosso território estadual.

Quem foi que colaborou decisivamente para o resgate de vultos históricos como Anita Garibaldi, do submundo do preconceito<sup>1</sup>, a Heroína de Dois Mundos? Ele, sempre ele, infatigavelmente ele. Aquele mesmo José Arthur Boiteux que à testa de uma Comissão trouxe de Portugal os elementos para a defesa do Estado no conflito de limites com o Paraná, cumprindo os termos finalísticos deste IHGSC! Até mesmo as praças do povo, que não colhem nem ceifam, Boiteux alimentou-as todas com hermas e vultos e o espírito republicano que o animava.

Por isso, senhor Presidente, agradeço a distinção do convite, e bem assim, à Academia Catarinense de Letras Jurídicas – ACALEJ a permissão para fazer desta conferência, também, o meu panegírico ao ilustre Patrono da Cadeira n. 02 do Sodalício, o mesmo José Arthur Boiteux, que assim continua a ecoar sua obra pelo Estado e o país. O meu desafio é grande, como se observa, e grande é a complexidade do acervo bibliográfico respectivo, em que figuram registros dos maiores nomes da cultura deste Estado; mas procurarei ser breve e simples,

---

<sup>1</sup> A Sócia Emérita Iza Vieira da Rosa Grisard testemunhou em reunião recente do IHGSC como foi difícil a afirmação de Anita Garibaldi como vulto histórico catarinense; e se Boiteux não foi o único nesse embate, a sua condição e a sua autoridade foram, sem dúvida, decisivos no fiel da balança. A propósito, uma carta de Henrique Boiteux, escrita para o irmão Lucas, registra a presença forte do preconceito, ainda, em 1933. Diz Henrique: *Tenho trabalhado assiduamente nos nossos almirantes e revii o referente a Annita Garibaldi que a estultice de Arão Rebello tacou de vagabunda!* IHGSC. *Cartas antigas*. DVD RW(E:), 30mar. 2015. Transcrição de Iza Vieira da Rosa Grisard. Florianópolis, 2015, carta 49, de Henrique para Lucas Boiteux, em 6 abr. 1933.

porque numa situação dessas, como na vida – aconselha Epicteto<sup>2</sup>, escravo e filósofo – o primeiro passo é *renunciar à vaidade*.

Traçarei um bosquejo biográfico do nosso homenageado, em primeiro lugar: nascimento e primeiros anos em Tijucas, estudos em Desterro, depois no Rio de Janeiro e em São Paulo, e a sua obra em Santa Catarina; depois sua volta ao Rio de Janeiro de Oswaldo Cruz, e retorno para os últimos anos na terra barriga-verde. Concluirei homenageando o Instituto e a Academia Catarinense de Letras Jurídicas, ao realizar uma reflexão sobre a carreira jurídica do nosso homenageado, e bem assim, do seu legado à condição de catarinenses, de ontem, de hoje e de amanhã.

## **Biografia**

José Arthur Boiteux nasceu em Tijucas, em 09 de dezembro de 1865, e faleceu em Florianópolis em 17 de fevereiro de 1934. Era neto de um comerciante suíço-francês chamado Lucas Montandon Boiteux, que viera para o Brasil em 1825 e aqui se casara em 1830 com outra imigrante, a parisiense Marie Magdaleine Anastacie Bouquet. Os pais do nosso homenageado são o Tenente-Coronel Henrique Carlos Boiteux e Maria Carolina Jaques Boiteux, que se casaram em Desterro em 1860, indo residir em Tijucas. O pai era hábil comerciante, foi político filiado ao Partido Liberal, militar, líder comunitário e primeiro Prefeito de Nova Trento, cuja emancipação protagonizara atuando junto ao forte contingente de imigrantes<sup>3</sup>.

A condição do pai, de não luso, de liberal e alinhado com a causa republicana forjou o ideário dos filhos<sup>4</sup> e em especial de José Arthur, reforçado

---

<sup>2</sup> EPICETETO. *A arte de viver*. Tradução de Maria Luiza Newlands. 4 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000, p. 25.

<sup>3</sup> CADORIN, Jonas. *Nova Trento outra vez..* Nova Trento: Prefeitura Municipal de Nova Trento, 1992, p. 134.

<sup>4</sup> Filhos de Henrique Carlos Boiteux e Maria Carolina Jaques Boiteux: Hipólito Eugênio, Henrique Adolfo, Adelaide Josefina, José Arthur, Alfredo Rafael, Maria Luiza, Etelvina Ambrosina, Eulália Isolina e Lucas Alexandre. Adelaide Josefina e Alfredo Rafael morreram em tenra idade; ganhariam maior destaque Hipólito, Henrique, José Arthur e Lucas Alexandre. *O almirante Henrique Boiteux no seu centenário natalício*. Discurso proferido em sessão conjunta do IHGSC e da Academia Catarinense de Letras, em 17 de set. 1962, publicado em Anexos do Caderno Faculdade de Direito, disponível em [http://www.henriquefontes.pro.br/livros/o\\_almirante\\_henrique.pdf](http://www.henriquefontes.pro.br/livros/o_almirante_henrique.pdf) Acesso em 11 de mar. 2015. Em BAHIA, Eliana. *Perfil de José Arthur Boiteux: um construtor da cultura Catarinense*, p. 10, há um gráfico genealógico de José Arthur Boiteux; e na p. 12 um resumo histórico da Família.

pelos irmãos, a começar pelo mais velho, Hipólito Eugênio, aluno do Liceu Provincial, comerciante em Nova Trento, liberal desde 1880, subdelegado de polícia (1884-1890), Major da Guarda Nacional, juiz de paz, Presidente da Câmara, Superintendente, depois deputado estadual por duas legislaturas entre 1919 e 1924.<sup>5</sup> O segundo, almirante Henrique Boiteux, estudou em Desterro e na Escola Naval no Rio de Janeiro, foi deputado, membro do IHGSC e da Academia Catarinense de Letras, e escreveu diversas obras do maior valor. O mais novo Lucas Alexandre (1880-1966), também ingressou na Escola Naval, chegou a Almirante, e legou copiosa obra para a história de Santa Catarina<sup>6</sup>.

Criado nesse clima familiar, José Arthur veio para a Capital e o Colégio Conceição aos dez anos, acompanhado de perto pela sua Madrinha de batismo Emerenciana Cândida de Souza Lobo; tia Merêncina apurou-lhe o gosto pelo bom traje; o refinamento das boas maneiras, a lealdade nas relações e a cordialidade com as pessoas em geral<sup>7</sup>.

Tia Merêncina queria vê-lo padre formado em Roma, a galgar a hierarquia eclesiástica com o seu talento, precocemente reconhecido e admirado pelos mestres, parentes e amigos, por intelectuais contemporâneos de Desterro como João da Cruz e Sousa, Afonso de Taunay, Manoel Lostada e Virgílio Várzea; porém o pai Henrique, usando de cautela como diria Camões, em lugar disso preferia matriculá-lo no Ateneu Provincial. É nesse período que José Boiteux, adolescente, ainda, constrói a base de sua vitoriosa carreira em Desterro.

Juntamente com os estudos, começa a escrever nos jornais *Colombo* e *O Caixeiro*, e a integrar-se a uma rede de sociabilidades das elites intelectuais e dirigentes locais, consolidando uma imagem de pessoa ativa, atuante, inteligente<sup>8</sup>. Seus versos, ensaios, discursos e iniciativas culturais são bem recebidos, para além daquela benevolência com que são tratados os jovens de

---

<sup>5</sup> PIAZZA, Walter F. (org). *Dicionário político Catarinense*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985, p. 96.

<sup>6</sup> MARTINS, Celso. *José Arthur Boiteux: um intelectual em ação*. Florianópolis: Funjab, 2012, p. 60.

<sup>7</sup> Idem, p. 57 e 76.

<sup>8</sup> MARTINS, Celso. *José Arthur Boiteux*, p. 96.

futuro promissor. Seus textos são claros, bem redigidos e ricos de vocabulário, o que denota carga de leitura e curiosidade científica, inclusive no aspecto filosófico, o que transparece em carta ao pai, em que opina com desenvoltura a respeito do Positivismo de Augusto Comte<sup>9</sup>.

Em 1883, concluído o Liceu, lá vai Boiteux para o Rio de Janeiro estudar Medicina, ele com aquela exuberância cordial sincera, sua polidez e brandura, seu tato para chegar às almas pela empatia, e aos compromissos pela firmeza da sua personalidade<sup>10</sup>. Aos dezoito anos incompletos saía de Desterro de 15.000 almas, em que brilhava nos jornais, para mergulhar em meio milhão de habitantes da Capital imperial em plena crise de urbanização. Matriculou-se na Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia, fundada por D. João em 1813, e suportou o Curso por dois anos.

No Rio de Janeiro estava no centro dos acontecimentos, e o interesse pessoal levou-o a assistir às sessões da Câmara e do Senado, acompanhar os debates, inteirar-se dos programas partidários e dos Anais do Parlamento. Aproxima-se dos abolicionistas, e disposto à militância estabelece contato com o Senador desterrense de nascimento, Antônio Justiniano Esteves Júnior, homem que exercia grande liderança sobre um nicho de catarinenses, militares, médicos, jornalistas, estudantes, entre os quais Luiz Delfino e Lacerda Coutinho<sup>11</sup>. Esteves Júnior motiva o jovem Boiteux para os ideais republicanos.

A influência europeia que se fazia sentir com maior vigor na Capital, repercutia nos jornais e no elemento urbano, isolava os senhores escravocratas<sup>12</sup>

---

<sup>9</sup> CORRÊA, Carlos Humberto. *História da cultura catarinense: o estado e as ideias*. Florianópolis: Edufsc, 1997, v.1, p. 77-78.

<sup>10</sup> BARBOSA, Renato. *Cofre aberto: reminiscências da Faculdade de Direito e outros assuntos*. Florianópolis: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, 1982, p. 296. MARTORANO, Dante. *José Arthur Boiteux*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1984, p. 15. VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina: a ilha*. Florianópolis: Lunardelli, 1984, p. 13. MARTINS, Celso. *José Arthur Boiteux*, p. 77.

<sup>11</sup> BAHIA, Eliana. *Perfil de José Arthur Boiteux: um construtor da cultura Catarinense*, p. 7.

<sup>12</sup> A aproximação do centenário da Revolução Francesa, a liderança do Jornal *Gazeta da Tarde*, e ademais os interesses do comércio inglês, e mais a magnanimidade de D. Pedro Segundo, ofereciam campo livre às novas ideias. MACHADO, Humberto Fernandes. *Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro*. Associação Nacional de História – ANPUH. XXVII Simpósio Nacional de História, 2007. (ANAIS). Disponível em :

e por extensão a própria monarquia, de sorte que os movimentos abolicionistas corriam soltos, e Boiteux engajou-se com ardor, abraçando as ideias de Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva, Antônio Pinto, aproximando-se, também, de Manoel da Silva Mafra.<sup>13</sup> Nesse vórtice, não teve dúvidas, abandonou o Curso de Medicina que não tinha nada a ver com seu ideário de vida.

Preferiu matricular-se na Faculdade de Direito de São Paulo<sup>14</sup>, na época sob a direção de André Augusto de Pádua Fleury (1883-1890). As ideias positivistas, republicanas e abolicionistas da Faculdade envolveram o calouro, que no ano seguinte já assumia a presidência do Clube Republicano Acadêmico. Para aliviar a despesa paterna de mantê-lo em São Paulo, empregou-se como revisor do jornal *Diário Mercantil*, como faziam outros estudantes, entre eles Olavo Bilac e Alphonsus Guimarães. Suas convicções republicanas eram inabaláveis; recusou a indicação liberal de Tijucas para deputado provincial, e quando a linha editorial do *Diário* bandeou-se para o conservador Visconde de Ouro Preto, em meados de 1889, pediu demissão e ficou desempregado<sup>15</sup>.

De qualquer modo, não perdia o contato com Desterro, escrevendo para os periódicos de Santa Catarina e fazendo campanhas para erguer monumentos para Anita Garibaldi e Fernando Machado. Com a Proclamação da República, 23 para 24 anos, recebeu uma missão e teve que interromper o Curso de Direito. Fora designado – por indicação de Esteves Júnior a Deodoro da Fonseca, para ser o Chefe de Gabinete do primeiro governo republicano em Santa Catarina.<sup>16</sup> Lauro Müller era o novo Governador, e o seu Secretário era o tenente Carlos Augusto Campos. O trio chegou a Desterro no dia 1º de dezembro de 1889, tomando posse no dia seguinte, perante a Câmara Municipal.

---

<<http://snh2007.anpuh.org/resources/contente/anais/Humbrto%20F%20Machado.pdf>>. Acesso em 23 fev. 2015. MARTORANO, Dante. *José Arthur Boiteux*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1984, p. 17.

<sup>13</sup> MARTORANO, Dante. *José Arthur Boiteux*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1984, p. 17.

<sup>14</sup> Após algum titubeio, destaca MARTORANO, loc. cit.

<sup>15</sup> MARTINS, Celso. *José Arthur Boiteux: um intelectual em ação*, p. 119 e 123-124. O Presidente da Província General José Vieira Couto de Magalhães passara a subvencionar o Jornal, e para Boiteux isso era incompatível com as suas convicções.

<sup>16</sup> MEIRINHO, Jali. *República e oligarquias: subsídios para a história catarinense.*, 1889-1930. Florianópolis: Insular, 1997, p. 57. Outro candidato para o cargo era Olímpio Pitanga, mas prevaleceu o prestígio de Esteves Júnior.

Dá para imaginar a surpresa das lideranças políticas e do povo catarinense em geral com o fato inusitado da Proclamação da República. Tratarei disso e do conflito sangrento que se seguiu em outra oportunidade; por ora cumpre dizer que Lauro em pouco tempo se tornou impopular, optou infortunadamente por Deodoro contra Floriano Peixoto, e fragilizado foi obrigado a renunciar perante as forças federalistas e um iminente derramamento de sangue, em 29 de dezembro de 1891. Jali Meirinho<sup>17</sup> registra que o próprio Floriano Peixoto teria sido simpático a sua queda, omitindo-se em socorrê-lo.

Com a substituição de Lauro Müller, Boiteux voltou ao Curso de Direito, muito embora tivesse adquirido a tipografia do Jornal *República* em Desterro, com apoio de Hercílio Luz, fazendo do periódico a grande voz do novo regime. À vista da situação de tensão no Estado, licenciou-se do cargo de Secretário da Estatística Comercial do Estado de Santa Catarina para *tratamento de saúde onde lhe conviesse*, e partiu para o Rio de Janeiro<sup>18</sup>. Em 1º de julho de 1892 pediu transferência da Faculdade de Direito de São Paulo para a Faculdade Livre de Direito da Capital Federal<sup>19</sup>, retomando as aulas<sup>20</sup>.

Em agosto de 1893, foi nomeado primeiro oficial da Intendência (Prefeitura) Municipal do Rio de Janeiro<sup>21</sup>, tendo, assim, como sustentar o pagamento da Faculdade. Mas só obteria o diploma de Bacharel em Direito em 1911, porque a Revolução Federalista no Sul do Brasil e a Revolta da Armada no Rio de Janeiro arrastaram-no para a luta. Em setembro de 1893 alista-se como alferes num dos *batalhões patrióticos* (jacobinos) para a defesa da Capital da

---

<sup>17</sup> MEIRINHO, Jali. *República e oligarquias: subsídios para a história catarinense.*, 1889-1930, p. 62. KONDER, Marcos. *Lauro Müller: a pequena pátria*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982, p. 21.

<sup>18</sup> MARTINS, Celso. *José Arthur Boiteux: um intelectual em ação*, p. 171. A licença seria prorrogada em 1892. Nesse ínterim, registram Martins, os historiadores e a tradição, que a violência grassou pelo Estado; mas isso nada acrescenta ao tema que desenvolvo.

<sup>19</sup> BAHIA, Eliana. *Perfil de José Arthur Boiteux: um construtor da cultura Catarinense*, p. 12.

<sup>20</sup> Na referida Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro formaram-se vários Ministros do Supremo Federal, entre eles Nelson Hungria, Bento de Faria e Ribeiro Costa. [www.stf.jus/portal/ministro](http://www.stf.jus/portal/ministro). Acesso em 25 de fev. 2015. Hoje a referida Faculdade chama-se Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, devido a uma fusão com a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, fusão ocorrida em 1920. Foram professores do estabelecimento, mais tarde, San Tiago Dantas e Hélio Tornaghi. [www.Direito.ufrj.br/index.php/historico](http://www.Direito.ufrj.br/index.php/historico) Acesso em 25 fev. 2015.

<sup>21</sup> MARTINS, Celso. *José Arthur Boiteux: um intelectual em ação*, p. 171.

República, sob o comando do Coronel Henrique Valadares. O irmão Henrique também combate por Floriano Peixoto no Arquidabã. José logo é nomeado para a Guarda Nacional, e recebe a patente de Capitão Ajudante de Ordens. Promovido a oficial honorário do Exército, chega a Coronel <sup>22</sup>.

Em 1894 volta a Desterro, toca o Jornal *República*, elege-se deputado estadual com poderes constituintes, é nomeado Secretário do Governo de Hercílio Luz, ocupa-se da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, enterra o pai Henrique, e em 08 de dezembro casa-se com a prima-irmã Jocelina Maria Jacques, após dispensa de proibição pela Câmara Episcopal de Curitiba<sup>23</sup>. No Legislativo estadual reeleger-se-ia até 1898, e depois em 1916, chegando à Câmara Federal na eleição de 1899-1900. Como Secretário Geral do Estado permaneceria até 1896, participando ativamente da elaboração da Organização Judiciária (Lei n. 205/1895), da definição dos novos símbolos republicanos e da mudança do nome de Desterro para Florianópolis.

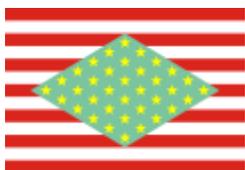
De fato, a lei n. 111, de 1º de outubro de 1894, que alterou o nome da capital barriga-verde para Florianópolis tem a sua assinatura ao lado da do Governador Hercílio Luz. As Armas do Estado foram desenhadas pelo irmão Henrique, enquanto José ocupou-se da bandeira, ambos os símbolos aprovados pela Lei n. 126, de 15 de agosto de 1895, sancionada por Hercílio Luz<sup>24</sup>.

---

<sup>22</sup> Id, p. 173. O termo jacobino tinha sentido pejorativo, de *perturbador da ordem*, desordeiro, antilusitano; mas naquele momento *adquiriu uma conotação ímpar*, designando os voluntários dos batalhões florianistas ou *batalhões patrióticos*. A fonte de Martins é GOMES, Amanda Muzzi. Jacobinos: abordagem conceitual e performática. *Revista Nova Cantareira*. 30 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/Cantareira/novacantareira/artigos/edicao13/JacobinosAbordagemConceitualePerfor.pdf>>. Acesso em 26 fev. 2015.

<sup>23</sup> MARTINS p. 221-224

<sup>24</sup> Pelo artigo 3º da lei, n. 126/1895, *a Bandeira de Santa Catarina era composta de faixas brancas e encarnadas dispostas horizontalmente em número igual ao das comarcas do Estado e de um losango de cor verde colocado no centro da bandeira, tendo impressas tantas estrelas, de cor amarela, quantos fossem os municípios do Estado*. [www.sc.gov.br/index.prh/simbolo0000s-de-sc](http://www.sc.gov.br/index.prh/simbolo0000s-de-sc) Acesso em 26 fev. 2015.



Primeira Bandeira de Santa Catarina, de autoria de José Arthur Boiteux (Lei 126/1895).<sup>25</sup> Obs. Vermelhas as listas, verde o losango e as estrelas brancas.

Em 07 de setembro de 1896 fundou o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina-IHGSC<sup>26</sup>, concretizando uma ideia antiga, inspirada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1838 (cujo objetivo era *compor a história da nação brasileira*)<sup>27</sup>, e sua regionalização, iniciativa desencadeada pelo Rio Grande do Sul em 1854, animada pelos ideais republicanos positivistas de ordem e progresso. Boiteux compõe a Diretoria como Primeiro Secretário e implementa, vigorosamente, a novel instituição: comemorações de datas cívicas, levantamento de dados históricos, e principalmente, a defesa de Santa Catarina na disputa de limites com o Estado do Paraná.

Assim, em 1896, na companhia de Esteves Júnior e Luiz Delfino viaja em Comissão para Lisboa, tratando de reunir elementos para a defesa do Estado de Santa Catarina, sob o patrocínio jurídico do Conselheiro Manoel da Silva Mafra. Recentemente a ACALEJ homenageou, no Proscênio Sublime, a peça respectiva do Conselheiro Mafra, intitulada: *Exposição histórico-jurídica por parte do Estado de Santa Catarina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná: submetida,*

---

<sup>25</sup> Bandeira aprovada pela lei n. 126 de 15 de agosto de 1895, juntamente com o Brasão do Estado, e que vigorou até 10 de novembro de 1937. Suspensa após a Constituição de 1937 pelo DL 1.202 de 8 de setembro de 1939 por Getúlio Vargas, os símbolos estaduais só retornariam com a Lei Estadual n. 975/1953, e a bandeira manteria alguns elementos da original, especialmente o losango. Fonte [www.ptwikipédia.org](http://www.ptwikipédia.org). Acesso em 23 de fevereiro de 2015.

<sup>26</sup> Informações no site [www.ihgsc.org.br](http://www.ihgsc.org.br)

<sup>27</sup> A respeito do IHGB, consta do site da Instituição: *Os objetivos da instituição, estabelecidos no Art. 1º do Estatuto de 1838, são mantidos até a atualidade, adaptados às conjunturas nacionais e internacionais, de que é o primordial, "coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil...", hoje alargadas em leque abarcando as demais Ciências Sociais. Igualmente respeitados os preceitos de correspondência com as demais associações congêneres do mundo; de estímulo à criação de entidades análogas nas então províncias, hoje estados, e a publicação da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro."* Disponível em [www.ihb.org.br](http://www.ihb.org.br) Acesso em 27 fev. 2015.

*por acordo de ambos os Estados, à decisão arbitral.*<sup>28</sup> Os originais foram publicados pela Imprensa Nacional no Rio de Janeiro, em 1899, mas recentemente, em 2002, o IHGSC reeditou a obra na coleção Catariniana, em fac-símile, com o apoio do Governo estadual.

Em 1899 Boiteux é eleito para a Câmara Federal e desloca-se para o Rio de Janeiro em 1900. Seus discursos e projetos de Deputado miram os interesses de Santa Catarina<sup>29</sup>, com a habitual franqueza, *a enfeitar suas palavras com a simplicidade do verdadeiro*, como destaca Martorano.<sup>30</sup> No final do mandato volta para Santa Catarina e assume a direção do Serviço de Estatística do Estado, porém, logo retorna ao Rio de Janeiro, agora como assessor de Lauro Müller no Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas do Governo Rodrigues Alves, nomeado em 15 de novembro de 1902<sup>31</sup>.

Nesse período de 1902 a 1906, José Boiteux convive com o diretor-geral de saúde pública Oswaldo Cruz, o saneamento da cidade e a Revolta da Vacina (de 1904); testemunha a reurbanização do Prefeito Pereira Passos e a revolta da Escola Militar na Praia Vermelha; e integra a equipe de modernização do porto do Rio de Janeiro capitaneada por Lauro Müller. E assim, ao mesmo tempo em que a velha urbe colonial é cruentamente substituída pela Cidade Maravilhosa, ele, no epicentro dos acontecimentos, encontra tempo para diversas atividades científicas e culturais de expressão nacional e internacional; leciona e exerce o cargo de vice-diretor da Escola Superior de Comércio do Rio de Janeiro; e ocupa outros cargos da Administração Pública federal.

De 1906 a 1916 articula uma rede de contatos entre os Institutos Históricos do Brasil, secretariando eventos que frequentemente envolvem instituições estrangeiras, de Portugal, França, Estados Unidos (v.g. a 3ª Conferência Pan-

---

<sup>28</sup> MAFRA, Manoel da Silva. *Exposição histórico-jurídica por parte do Estado de Santa Catarina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná: submetida, por acordo de ambos os Estados, à decisão arbitral* Ed fac-similar. Florianópolis> IOESC, 2000. (Fac-símile de: Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899). É magistral a clareza da peça, estabelecendo um divisor d'águas desde a abertura: *a questão sujeita é antes de jure constituto do que de jure constituendo*.

<sup>29</sup> BAHIA, Eliane. P. 35-36

<sup>30</sup> MARTORANO, Dante. 1984, p. 21.

<sup>31</sup> MARTINS, Celso. P. 251

Americana, no Rio de Janeiro, julho de 1906). Em 1909 dá início a uma série de congressos brasileiros de geografia, nos quais ele lança obras (no de Recife, em 1915, o primeiro volume do *Dicionário Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina*), trabalhos científicos (v.g. em Curitiba, 1911, *A Costa Catarinense*; em Salvador, 1916, *A influência da colonização na toponímia do Estado de Santa Catarina*) e até filmes sobre Santa Catarina (em Vitória, 1926, fita sobre flora e fauna da Ilha de Santa Catarina).<sup>32</sup>

Nesse período de residência no Rio de Janeiro, também se ocupa da edição da Revista *Arquivo Catharinense*, que depois daria origem ao Arquivo Público do Estado.<sup>33</sup> Com a criação da Cruz Vermelha no Brasil, em 1907, Boiteux não só se engajou como foi secretário da novel instituição, e nessa condição influenciou para sua implantação em Florianópolis, em 12 de março de 1918.<sup>34</sup> Participou também da Liga Brasileira de Esperanto, na Capital Federal, em 1912 representou os esperantistas de Florianópolis em Congresso de Esperanto, e por força de moção aprovada no primeiro Congresso Brasileiro de Geografia (Rio de Janeiro, 1909), levou o Ministro Lauro Müller a autorizar o uso daquela *língua planejada* nos Telégrafos.<sup>35</sup>

Em 1915 elege-se Deputado Estadual em Santa Catarina, e no ano seguinte retorna a Florianópolis. Toma posse em 1916, elege-se para a Primeira Secretaria, emite parecer sobre o Arbitramento de Wenceslau Brás sobre o Acordo de Limites com o Paraná<sup>36</sup>, vota o acordo e bem assim um projeto de lei criando o

---

<sup>32</sup> MARTINS, Celso, p. 265. O Congresso previsto para Florianópolis em 1928 foi adiado sucessivamente, e só seria realizado em 1940, depois da morte de Jose Boiteux. BAHIA, Eliane, 1994, p. 69.

<sup>33</sup> BAHIA, Eliane, 1994, p. 57-60. A Revista teve seis edições, e lançou a ideia de criação do Arquivo Público, levada a efeito pela Lei n. 1196, de 26 de setembro de 1918 (Felipe Schmidt). Anulado o ato, foi restabelecido pelo Decreto n. 186 (Ptolomeu de Assis Brasil) e extinto em 10 de maio de 1933, pelo Decreto n. 349 (Aristiliano Ramos). Em 1960, pela lei n. 2.378, foi definitivamente criado por Heriberto Hülse.

<sup>34</sup> MARTINS, Celso, p. 260-261. Em Santa Catarina a instituição denominou-se *Cruz Vermelha de Florianópolis*.

<sup>35</sup> BAHIA, Eliane, 1994, p. 96-97. MARTINS, Celso, p. 268 et seq. No site Esperanto Brazilia-ligo consta: *O autor do Esperanto foi o médico polonês Łázaro Luís Zamenhof (1859-1917) que o lançou com o pseudônimo "Dr. Esperanto" que significa nesse idioma "aquele que tem esperança" em um livro denominado "Unua Libro de la Lingvo Internacia". Portanto, o nome original do Esperanto é "Lingvo Internacia", que melhor se traduz por "língua para ser internacional". Disponível em esperanto.org.br/info. Acesso em 28 fev. 2015.*

<sup>36</sup> O texto do parecer foi consumido por incêndio, mas o Centro de Memória da Assembleia Legislativa localizou a aprovação do parecer em Sessão Extraordinária de 17 de fevereiro de 1917. O texto consta do Anexo Único.

Instituto Politécnico, e nas semanas seguintes, renuncia ao Mandato. Agora com o diploma de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ocupa o cargo de promotor público interino da Capital e de procurador interino da República<sup>37</sup>, mas o seu grande objetivo é dedicar-se à execução do projeto do Instituto Politécnico<sup>38</sup>.

A ideia surgiu no Centro Cívico Literário, na Jerônimo Coelho, e as reuniões começam em janeiro de 1917, com apoio dos jornais *O Estado e República*. O Instituto seria dividido em dois cursos: preparatório e especialização<sup>39</sup>. Boiteux o idealizador articulava o apoio e traçava o plano: em 1º de abril iniciar-se-iam os cursos de Farmácia, Odontologia, Comércio, Agrimensura e Pilotagem (este não vingou). A fundação foi em 13 de março, as aulas se iniciaram em 17 de abril, sendo Boiteux secretário do Instituto e professor do Curso de Comércio. A primeira formatura foi da Agrimensura em 1918 e o da Odontologia em 1919, contando duas mulheres na turma de formandos: Paulina Garrido Portella e Judith de Diniz.

Nesse ínterim, José Boiteux projetava e promovia doações para a construção da sede do Instituto: um prédio com 682 m<sup>2</sup> na Av. Hercílio Luz, edificação concluída em 1926, e que seria mais tarde transformada nesta Casa José Boiteux, sede do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e da Academia Catarinense de letras, onde tenho a honra de falar neste momento, 89 anos depois da conclusão da obra.

Sempre contando com ampla cobertura dos jornais, apoio oficial, especialmente como Secretário do Interior e Justiça, da intelectualidade, do empresariado e das lideranças dos municípios do interior do Estado, liderou campanhas para erguer monumentos em homenagem *aos heróis da terra catarinense*<sup>40</sup>, começando por Ana Maria de Jesus Ribeiro, Anita Garibaldi, cujo nome redimia da demonização moralista da época; Fernando Machado, herói a

---

ASSEMBLIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, Acervos do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Livro Projetos de Leis, 1916-1919, p. 28-29.

<sup>37</sup> MARTORANO, Dante, 1984, p. 25.

<sup>38</sup> BAHIA, Eliane, p. 100; MARTINS, Celso, p. 276-277.

<sup>39</sup> BAHIA, P. 100. Martins, P. 276-283.

<sup>40</sup> MARTINS, p. 283. MARTORANO, p. 30-31: *placas comemorativas, bustos, hermas, estátuas e monumentos*.

Guerra do Paraguai; Victor Meirelles, o grande pintor; Jerônimo Coelho, pai da imprensa e fundador da maçonaria catarinense; Cruz e Sousa, Hercílio Luz e muitos outros.

A Estátua de Fernando Machado foi inaugurada em 1917 e colocada na atual Praça XV de Novembro; a de Anita Garibaldi no Natal 1919 no antigo Largo 17 de Novembro, hoje Praça Getúlio Vargas; no mesmo dia Boiteux fez colocar uma placa de mármore na Rua Artista Bittencourt com estes dizeres: *Nesta casa nasceu o poeta Cruz e Sousa e faleceu o marechal Guilherme Xavier de Sousa – Homenagem popular*. Em 22 de fevereiro de 1917 foi colocada festivamente uma placa na casa de Victor Meirelles, por ocasião do 14º aniversário de morte do pintor<sup>41</sup>. Também nas residências do Arcipreste Paiva (onde falecera em 1860), Fernando Machado e Manoel da Silva Mafra. Por volta de 1923 inaugurou no Largo Benjamin Constant o busto de Cruz e Sousa, o qual por não ser fixo, permitia que a mocidade alegre da época o levasse a passeios noturnos, até ser removido e fixado no jardim em frente ao Palácio Cruz e Sousa.

O esquema de Boiteux: escolhia o vulto a distinguir, procurava um escultor de nome, corria listas de contribuições, procurava sensibilizar autoridades, inaugurava festivamente, discursava no evento para agradecer e fazer o proselitismo do homenageado, tudo com ampla cobertura dos jornais. Em 05 de dezembro de 1929 inaugurou a estátua de Victor Meirelles; em maio de 1929 a de Fritz Müller em Blumenau, e mesmo depois de sua morte, em outubro de 1936, seria inaugurada a de Hercílio Luz, que idealizara, na cabeceira da Ponte do mesmo nome. Tinha intenção, mas não conseguiu erguer outras hermas: de Luiz Delfino, do irmão Joaquim do Livramento e de Germano Wendhausen.

Em 7 de setembro de 1920 funda a Academia Catarinense de Letras, então com o nome de Sociedade Catarinense de Letras, num dos raros casos em que assumiu diretamente a presidência da instituição. Em 15 de novembro de 1921

---

<sup>41</sup> Segundo MARTINS, p. 295, os jornais noticiaram amplamente o evento, sendo que o préstito acompanhou a Banda da Polícia Militar desde a estátua de Fernando Machado, girou a Praça XV de Novembro e chegou ao local pela Saldanha Marinho. *A casa do pintor estava lindamente enfeitada com as bandeiras da República e do Estado, galhardetes e folhagens.*

seriam empossados novos integrantes, e o nome passaria a ser definitivamente o atual. Entre os primeiros acadêmicos figuravam diversos nomes de futuros Patronos da Academia Catarinense de Letras Jurídicas – ACALEJ, além do próprio José Arthur Boiteux (cadeira n. 2), Henrique da Silva Fontes (Cadeira n. 23), Othon Lobo da Gama D’Eça (Cadeira n. 24), Nereu Ramos (Cadeira n. 12). Com apoio do vice-governador Pereira Oliveira foi criado o Centro Catarinense de Letras, grande crítico da ACL, mas logo extinto, em 1926, ao passo que a Instituição de José Boiteux prosperou como a instituição maior das Letras em nosso Estado.

Os últimos anos de Boiteux, após o falecimento de Hercílio Luz em 1924, foram profícuos e difíceis. Acompanhou o governador Adolpho Konder na célebre visita ao Oeste de Santa Catarina em 1929 (narrada por Othon D’Eça, em *Aos Espanhoes Confiantes*); fundou e construiu a Casa de Santa Catarina em 1929-1930; e em 1932 fundou a Faculdade de Direito de Santa Catarina. Em 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas no plano federal e dos políticos da família Ramos em Santa Catarina, Boiteux mantém o prestígio, mas perde espaço.

Um exemplo disso foi o projeto de construção do que ele mesmo denominou de *silogeo* da cultura no Estado, a Casa de Santa Catarina; destinada a reunir sob o mesmo teto o IHGSC e a ACL, pinacoteca e museu. Pela lei estadual n. 1.664, de 15 de outubro de 1929, a construção foi autorizada, e pela Resolução n. 336, de 23 de novembro de 1929 do Município de Florianópolis, foi a tanto destinado um imóvel, na esquina da Avenida Hercílio Luz com a Rua General Bittencourt; a pedra fundamental foi lançada em 29 de novembro, e com base em donativos de toda a Sociedade, o edifício aprontava-se; porém, em outubro de 1930, com a Revolução de Getúlio Vargas, a autorização da obra foi anulada, e o terreno destinado ao Albergue Noturno.

Já a criação da Faculdade de Direito foi plenamente exitosa. Desde os tempos da fundação do Instituto Politécnico Boiteux alimentara a ideia, à vista de que outras capitais já possuíam tal curso, como Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte.<sup>42</sup> Pensou inicialmente em criá-lo vinculado ao Instituto, pois que a

---

<sup>42</sup> BARBOSA, Renato. *Cofre Aberto...*, p. 58.

*Reforma de Francisco Campos*, de 1931, rebaixara suas especializações para o nível secundário ou médio, deixando Santa Catarina sem curso superior. A congregação discutiu o assunto em 21 de dezembro de 1931, decidindo por uma reunião com os 37 diplomados existentes em Florianópolis. Em 11 de fevereiro de 1932, quinze compareceram, os fundadores; e na reunião presidida por Boiteux e secretariada por Edmundo Acácio Moreira e Heitor Salomé Pereira optaram por criar uma instituição autônoma.

Os fundadores são os seguintes, alguns deles Patronos da ACALEJ: Desembargadores Amperico da Silveira Nunes, José Arthur Boiteux, Heráclito Carneiro Ribeiro, Sálvio de Sá Gonzaga, Urbano Müller Salles; juízes Adalberto Belizário Ramos, Alfredo von Trompowsky, Henrique da Silva Fiontes e Zulmiro Soncini; bacharéis Euclides de Queiroz Mesquita, Othon da Gama Lobo D'Eça, Heitor Salomé Pereira, Edmundo acácio Soares Moreira, Affonso Guilhermino Wanderley Júnior e Nery Kurtz; fizeram-se representar Fulvio Coriolano Aduccki e Pedro de Moura Ferro. Dias depois aderiram ao projeto e ão considerados fundadores, também: Desembargadores Érico Ennes Torres, Francisco Tavares da Cunha Melo Sobrinho e Gil Costa, mais s bacharéis Cid Campos, Henrique Rupp Júnior, João Bayer Filho, Nereu de Oliveira Ramos e o médico Antônio Bottini.

Mais uma vez Boiteux usou de círculo de relações e tratou de angariar todo tipo de doação, desde dinheiro e livros para a biblioteca, até móveis e campanha, e um retrato do Conselheiro Mafra. Com o parceiro de toda hora Henrique Fontes, cuidaram dos estatutos e do aluguel da sede, três salas na rua Felipe Schmidt, n. 2, imóvel, então, pertencente ao Juiz de Direito de São José, Mário de Carvalho Rocha, que o adquirira por herança do sogro Gustavo Richard. Reuniram o corpo docente, definiram as disciplinas, votaram o estatuto em 22 de março, e logo a 11 de abril de 1932 foi realizado o exame de ingresso da primeira turma. Concorreram 21 nomes, todos aprovados, e matriculados, com acréscimo de outros dois, que haviam interrompido o curso em Curitiba<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> MARTINS, Celso, *José Arthur Boiteux*, p. 398, comprova uma ligeira discrepância entre as listas de nomes apresentados por Henrique Fontes e Renato Barbosa, o primeiro não inclui Gentil João Barbato e o segundo omite Caio Noronha. A explicação pode estar, justamente, nesses dois alunos que não fizeram a seleção, por serem

No final de 1933, a preocupação era a legalização do curso, o que exigia prédio próprio, professores remunerados e outros requisitos. Recorreram ao Interventor Federal Aristiliano Ramos, que mostrou boa vontade quanto às providências de sua alçada estadual. José Boiteux percebeu que deveria deslocar-se ao Rio de Janeiro para tratar do assunto; fez um empréstimo de três contos de reis para cobrir as despesas, porém, antes da viagem, nos primeiros dias de 1934, aos 68 anos de idade, após uma intervenção cirúrgica mal sucedida, adoeceu gravemente e faleceu, no dia 8 de janeiro, no Hospital de Caridade, em Florianópolis.

### **A personalidade de José Arthur Boiteux**

A jornalista, poeta e Acadêmica da Academia Catarinense de Letras Maura de Sena Pereira foi à residência de José Arthur Boiteux em março de 1932 para entrevistá-lo<sup>44</sup>. Estava de passagem por sua terra, quando a notícia da criação da Faculdade de Direito encheu-a de orgulho do confrade, e suscitou-lhe a ideia de fazer uma matéria para a revista mensal *Vida Doméstica*, do Rio de Janeiro. O seu depoimento, breve e contextualizado, é um retrato único da casa, do casal e da pessoa de José Boiteux.

Atendeu à porta dona Jocelina. Fino trato e conversa fluente, a esposa era uma extensão da simpatia do marido, que estava para chegar. A sala e o gabinete davam a ideia de *pinacoteca, risonha, estremecida e mignon*. Os quadros de Martinho de Haro<sup>45</sup>, que apresentara ao amparo do governo estadual e que no

---

alunos do Curso de Curitiba. Em entrevista a Maura de Sena Pereira, para uma revista do Rio de Janeiro, *Vida Doméstica*, em março de 1932, disse Boiteux: *Aos exames vestibulares concorreram 21 candidatos, sendo todos aprovados; realizou-se após a matrícula de 23 inscritos na respectiva lista. Esses dois excedentes são antigos alunos da Faculdade de Direito de Curitiba, que ali não prosseguiram o curso.* BARBOSA, Renato. *Cofre aberto...*, p. 60.

<sup>44</sup> BARBOSA, Renato. *Cofre aberto*, p. 56-60.

<sup>45</sup> O IHGSC tem envidado esforços para digitar e transcrever a correspondência legada pelo acervo de José Arthur Boiteux., graças o esforço de Iza Vieira da Rosa Grisard. A carta n. 4 do acervo, datada de 10/01/1927, é de Antônio Haro dos Anjos, pai de Martinho de Haro, que de Campos Novos escreveu para agradecer o decisivo apoio de Boiteux à carreira do filho: *...agradecimentos por mim e por minha família, muitos e sinceros e profundos por tudo o que o prezado amigo tem feito em benefício de meu filho Martinho, o qual por sua mão bondosa vai procurando alcançar os meios de ser útil à família, ao seu Estado e a Pátria...[omissis]*. IHGSC. *Cartas antigas*. DVD RW(E:), 30mar. 2015. Transcrição de Iza Vieira da Rosa Grisard. Florianópolis, 2015, carta n. 4, Antônio Haro dos Santos

momento honrava o nome de santa catarinense na Escola de Belas Artes, recebiam destaque na parede. À chegada e ao saber do motivo da visita, o entrevistado sorriu simpático; e ao ouvir as sinceras alusões à importância da Faculdade de Direito para o torrão catarinense, abriu a alma *numa exposição eloquente e arrebatadora do sonho que sempre o animou: organizar o ensino superior em nosso Estado.*

Maura ouvia e ao mesmo tempo percebia claramente a razão do sucesso pessoal daquele homem; além da empatia, do refinamento na simplicidade, ele era sincero<sup>46</sup>, otimista e decidido no que planejava. A cada pergunta confirmava dizendo respeitoso, *sim, minha senhora.* Perante a afirmação de Maura que ele merecia *as bênçãos de toda a gente da nossa terra*, e que a Faculdade também, *pela competente diretoria*, ele disse, jogando habilmente o elogio para a instituição: *Perfeitamente. Elegemos diretor o desembargador Tavares Sobrinho, cujo saber, unido a um caráter diamantino, o coloca entre os mais dignos magistrados do Brasil.*

Enfim, depois de ouvir todo o relato e de ser levada até o portão pelo casal, Maura partiu registrando: *a caminho da casa, não pude deixar de dizer para comigo mesma que enfim descobrira o segredo de ser sempre tão bem sucedido em todos os seus úteis empreendimentos aquele ilustre varão que eu fora entrevistar: era o seu otimismo sempre sadio, sempre elevado, sempre crente, e o otimismo, como disse Marden, é o artífice do êxito.*

Outras informações preciosas foram dadas pelo historiador e ex-presidente desta casa Walter Fernando Piazza, sobrinho-neto e afilhado de batismo de José

---

para José Arthur Boiteux. A carta n. 5 do mesmo acervo é da parte de outro artista, Carlos Otávio Lelyacuel, que de Olinda agradecia o apoio de Boiteux à sua obra.

<sup>46</sup> No acervo de Cartas de José Arthur Boiteux há uma correspondência de Hemann v. Ihering, datada de 20 de setembro de 1920, que bem atesta a aura de respeitabilidade e calor humano que José Boiteux desenvolvia e desfrutava nas relações interpessoais, mesmo em situações adversas. A carta começa assim: *Felícito e visito a V<sup>a</sup> S<sup>a</sup>, esperando que de boa saúde e satisfeito voltar da viagem. Queira-me desculpar se, sem vossa ordem, não compareço mais na sua Secretaria – visto que estou abatido e indignado pela brutalidade com que fui posto à rua.* E após reclamar os valores a que acredita ter direito, o missivista encerra assim: *V<sup>a</sup> S<sup>a</sup> nada pôde fazer por um tratamento justo e digno e uma saída honesta e em paz – mas terei sempre a V<sup>a</sup> S<sup>a</sup> no melhor recordação pela gentileza colegial com que sempre vou receber. Respeitosas atenções do atencioso ven. Amigo, Hemann v. Ihering. IHGSC. Cartas antigas. DVD RW(E:), 30mar. 2015. Transcrição de Iza Vieira da Rosa Grisard. Florianópolis, 2015, carta n. 37. De Hermann Blumenau para José Arthur Boiteux, 20 set. 1920.*

Boiteux, em entrevista a Celso Martins<sup>47</sup>, em setembro de 2011. Piazza destaca a união da família, pai e irmãos, como fator importante de sucesso dos Boiteux e de José em particular, aliado à amizade com Hercílio Luz. Após a morte do pai Henrique, Hipólito assume o lugar como mais velho, e as decisões de José Boiteux continuam a passar pela família. A fidelidade a Hercílio revela-se na Câmara Federal, quando o Deputado Boiteux fica do seu lado contra Lauro Müller, justamente o Lauro que o trouxera do Rio de Janeiro na maré do poder republicano. Sofreu as consequências do gesto, mas parece que Lauro com o tempo relevou, e outra vez levou Boiteux consigo para o Ministério no Rio de Janeiro, como assessor.

O momento histórico, da Proclamação da República para quem era republicano de quatro costados como Boiteux, contrasta, por exemplo, com o declínio de Victor Meirelles, de família ligada ao Imperador e a Portugal, como retrata muito bem Teresinha Franz<sup>48</sup>. A República foi uma sentença de morte para o grande pintor catarinense, que perdeu todo o apoio da esfera pública. Já a morte de Hercílio Luz (1924), de Lauro Müller (1926) e a ascensão de Vargas no plano Federal e da família Ramos na política catarinense, embaraçavam a carreira de Boiteux nos últimos anos.

Interessante observar, a propósito da personalidade de José Arthur Boiteux, a sua marca de fundador no IHGSC. O Instituto traz até hoje, no DNA institucional, a preocupação vigilante em todos os espaços: local, regional, nacional e internacional. O Instituto tem se deslocado para efemérides no Interior do Estado, tem se articulado com os congêneres regionais, tem sempre estado presente nos eventos do Instituto Brasileiro, e o ex-presidente Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, por exemplo, faleceu no exterior, laborando em prol da instituição.

---

<sup>47</sup> MARTINS, Celso, *José Arthur Boiteux*, p. 243-248.

<sup>48</sup> FRANZ, Teresinha Sueli. *Victor Meirelles: biografia e legado artístico*. Florianópolis: Caminho de Dentro, 2014.

O Instituto tem recebido críticas<sup>49</sup> ao longo do tempo, o que é normal e é verdade, a principal a de atrelar-se ao ideário do imigrante europeu branco e luso, e ao clichê do homem ilustre. As críticas enriquecem a instituição, refletem o momento histórico, mas a instituição é maior. A preocupação de Boiteux com o resgate do Público e com os valores republicanos, certamente permanece e com certeza se renova, sendo disso exemplo a evolução dos estudos e análises sobre a Guerra do Contestado. Recentemente, nosso Presidente Augusto Zeferino foi homenageado pelo Município de Irani<sup>50</sup>, numa solenidade que bem atesta o enriquecimento da visão e do debate sobre o episódio caboclo.

Frederico Nietzsche, em *Ecce homo* falou do nosso enigma de humanos, que também é o enigma de instituições da grandeza deste Instituto histórico e Geográfico de Santa Catarina. Disse o filósofo, que o pai em nós morre cedo, e que envelhecemos com a mãe. Na verdade, é o mesmo país, a mesma república e o mesmo Estado barriga-verde; mais velhos, e com eles, neles, o espírito de Boiteux, que sempre se renova.

### **A sua obra e o seu legado**

A obra escrita de José Boiteux é extensa e se mistura com o seu legado, que é bem maior. Sua paixão foi o jornalismo, e seus textos de fundo histórico estão esparramados por jornais e revistas da época, pelo Estado e fora dele, pelo *Jornal República* e os demais. Influenciado por Cesare Cantu (1804-1895), utilizava linguagem de ficção para narrar fatos verdadeiros, e a partir de 1925 até adotou o pseudônimo de *Cantu-Mirim*<sup>51</sup>, atrás do qual destacou vultos, personagens, fatos e efemérides da história catarinense.

---

<sup>49</sup> SERPA, Élio Cantalício. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. */revista de Ciências Humanas*. Florianópolis, v. 14, n. 20, p. 63-79, 1996. FREITAS Patrícia de. O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina: espaço e saber qualificado. *Esboços*. V. 4, n. 4, p. 9-21, jun/dez. 1996.

<sup>50</sup> A homenagem ocorreu no dia 22 de outubro de 2013, na Câmara de Vereadores de Irani, em solenidade que marcou os 100 anos da batalha do Irani, que deflagrou a Guerra do Contestado. Receberam a Medalha de Honra ao Mérito, entre outras pessoas, os confrades do IHGSC Augusto Cesar Zeferino e Moacir Pereira. ACADEMIA DESTERRENSE DE LETRAS. *Relatório da viagem da Academia Desterrense de Letras ao Oeste de Santa Catarina*. Florianópolis, 28 out. 2013. Secretária Maura Soares.

<sup>51</sup> MARTINS, Celso, p. 373-374; BAHIA, p. 136. Cesare Cantu lançara várias obras a partir de 1838, de romances históricos à História universal em vinte volumes.

Sua obra mais conhecida, talvez, é *Arcaz de um barriga-verde*, em que em 159 páginas e nas águas de Cesare Cantu, navega por episódios como a invasão espanhola de 1777, a saga do Irmão Joaquim, a retomada da Laguna, Anita Garibaldi e os sucessos do famoso governador em Desterro, *O Sete Carapuças*. Outra obra, no mesmo estilo, é o livro *Aguas passadas*, 107 páginas, que começa descrevendo um boi-de-mamão em Desterro de 1871 e termina com a passagem do Monge João Maria de Agostini pela ilha do Arvoredo, em 1848. Outras obras podem ser mencionadas, como um texto sobre Rui Barbosa (de 1930) e o *Dicionário histórico e geográfico de Santa Catarina; Os Partidos políticos de Santa Catarina; e Organização do Ensino em Santa Catarina*. Este Instituto também promoveu a publicação da conferência intitulada *A imprensa catarinense*, proferida em 11 de agosto de 1910<sup>52</sup>.

### **A carreira Jurídica**

Não há muito a dizer sobre a carreira jurídica de José Arthur Boiteux, perante a sua biografia e a grandeza das suas realizações na política, no jornalismo, na história, na geografia e na Administração deste Estado; porém, se nada mais tivesse realizado nas áreas que o distinguem e notabilizam as realizações na área do Direito já seriam suficientes para lhe imortalizar o nome. Tanto que a Academia Catarinense de Letras Jurídicas – ACALEJ, fundada em 13 de dezembro de 2012, imortaliza a sua obra jurídica ao elegê-lo Patrono da Cadeira n. 02 daquele sodalício.

Conforme narrado, após ter desistido da Medicina no segundo ano do Curso, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1883, e só foi receber o diploma em 1911, no Rio de Janeiro, pela Faculdade de Direito Livre. A partir daí, ao apresentar-se nos Congressos que coordenava e secretariava, fazia constar dois títulos especiais em seu currículo: bacharel em Direito e fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Foi Juiz em Mafra, São Bento (1920) e Tijucas (1920-1921), passou pelo Ministério Público, advogou, foi

---

<sup>52</sup> INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA. *História dos jornais de Santa Catarina (1831-1948)*: José Arthur Boiteux, Lucas Alexandre Boiteux, José Lupércio Lopes. Florianópolis: IHGSC, 2011, p. 15-40.

Secretário do Interior e Justiça, e nomeado, enfim, em 1922, Desembargador do, então, Supremo Tribunal de Justiça do Estado<sup>53</sup>.

Na verdade, não julgou nas comarcas e praticamente não compareceu às sessões do Tribunal de Justiça; sempre nomeado e promovido por mérito pelo Governador Hercílio Luz, logo era requisitado e posto em disponibilidade para algum cargo do Governo, mais precisamente, o de Secretário do Interior e Justiça. Vivia, portanto, em disponibilidade, o que impediria de candidatar-se pelo Partido Republicano Catarinense, quando quis voltar à política em 1930, na vaga deixada por Antônio Pereira da Silva Oliveira<sup>54</sup>; a Constituição do Estado estabelecia o impedimento de magistrados, e os protestos de José Boiteux não convenceram os companheiros de partido. Por outro lado, a disponibilidade exercida no período de Intervenção Federal também atingiria em parte a pensão de desembargador deixada para dona Jocelina, diminuída por força da Constituição do Estado e de acórdão do Supremo Tribunal Federal<sup>55</sup>.

### **Reflexões a propósito da carreira jurídica de Boiteux**

À vista da biografia de José Arthur Boiteux, concito a uma breve reflexão sobre a falta de maior empenho do homenageado na carreira jurídica, que preferiu acentuar e colocar a tônica em outras áreas da sua atividade de homem público. Tenho para mim que os motivos guardam relação de motivo com o abandono do Curso de Medicina; é o tecnicismo das duas profissões na realidade

---

<sup>53</sup> MARTINS, Celso, p. 319-320; BAHIA, Eliane, p. 38-40; MARTORANO, Dante, 1984, p. 25.

<sup>54</sup> BAHIA, Eliane, p. 38. Na verdade, informa Celso Martins, *o museu do Judiciário possui um único documento de José Boiteux, o de sua posse no Livro dos Registros*. MARTINS, Celso, p. 320.

<sup>55</sup> Em 13 de dezembro de 1943, propósito do Recurso Extraordinário n. 3.130, Relator Ministro Castro Nunes, da 2ª Turma, o Supremo Tribunal Federal negou provimento a recurso impetrado pelos litisconsortes Desembargador Sálvio de Sá Gonzaga e D. Jocelina Jacques Boiteux, viúva do Desembargador José Arthur Boiteux, com fundamento no art. 18 das Disposições transitórias da Constituição de 1934, que pretendiam verba de representação referente a período de disponibilidade por aceitação de função pública incompatível; *representação que a lei estadual, embora assegurando a integralidade dos vencimentos, mandava excluir dos vencimentos da disponibilidade*. Disponível em: <file:///C:/Users/Pilati/Downloads/8450-18299-1-PB.pdf> Acesso em 5 mar. 2015. A propósito de pensão, o DOU de 16 de dezembro de 1935, p. 24, seção 1, registra *concessão de Montepio a Jocelina Jacques Boiteux, viúva (e uma filha) do 1º Escrivão, adido, da extinta Inspetoria de Portos, Rios e Canaes, José Arthur Boiteux, com as despesas classificadas de 2:1258500*. Disponível em [www.jusbrasi.com.br/diarios/](http://www.jusbrasi.com.br/diarios/) Acesso em 3 mar. 2015.

moderna. Tomo a experiência do período republicano da Roma Antiga como parâmetro de comparação e de reflexão.

Na Roma a que me refiro o sistema jurídico estava no mesmo patamar e conectado no mesmo plano de igualdade ao sistema político, o que lhe conferia uma eficácia indiscutível; e assim, a absorção do novo se dava no conflito mesmo, pela mediação jurisdicional; porque o titular da jurisdição era diretamente eleito pelo povo e as leis eram aprovadas diretamente pelo *populus romanorum*, mediante convocação e presidência do magistrado eleito; o controle da produção legislativa era do Senado, ao qual era submetido o texto, e bem assim, pelo Tribuno do Povo, cuja assinatura era indispensável. E o controle judicial era feito pelos pares do magistrado jurdicente da mesma legislatura.

A Modernidade atua com outro sistema: a absorção do novo é feita por leis representativas, e a jurisdição foi atrelada à lei do Parlamento, e assim, fincada em segundo plano. O Direito foi transformado num cipoal de formalidades, de recursos inesgotáveis, assentados mais na forma do que no conteúdo. Um sistema em que o Direito serve mais para não fazer ou não deixar fazer do que para construir o dever. Evidentemente que um espírito descortinado, inquieto e fecundo como o de José Boiteux jamais se resignaria a viver na forma e não na substância. O seu sonho era maior.

Outra reflexão é no plano de relação política, jurídica e administrativa de Santa Catarina como Estado Membro com a Federação brasileira; relação de pouco respeito por parte da União, como bem espelha o diálogo das lideranças locais com o Interventor Moreira Cezar, em 22 de abril de 1894<sup>56</sup>:

– *Quem são os senhores?*

– *A Comissão do Partido Republicano que se vem apresentar a Vossa Excelência e lhe oferecer os seus serviços.*

– *Bom; mas eu não quero saber de Comissões...*

---

<sup>56</sup> PAULI, Evaldo. *Hercílio Luz: governador inconfundível*. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1976 (Coleção Cultura catarinense), p. 185-186; MARTINS, Celso, p. 203. A Comissão fazia-se presente com Gustavo Richard, Pereira e Oliveira e Francisco Tolentino.

Com a Revolução de 1930, narra Alcides Abreu<sup>57</sup>, pai do planejamento e do desenvolvimento catarinense, a unidade federal do Patronato Rural de Anitápolis, uma espécie de escola para agricultores, simplesmente, foi transferida para o Acre, sem qualquer compensação ou explicação. Aquele episódio marcou o ilustre professor catarinense, e como seu aluno de Mestrado em Direito na UFSC, fui despertado para essa preocupação: a União Federal atuando frequentemente como obstáculo ao desenvolvimento catarinense. Em 1997, pudemos comprovar a União a ameaçar a propriedade imobiliária da Ilha de Santa Catarina com uma Medida Provisória, n. 1.567, de 14 de fevereiro<sup>58</sup>, com base numa interpretação absurda do texto constitucional de 1988.

Por que isso acontece e com tamanha facilidade? É a reflexão que devemos fazer. No episódio da Proclamação da República, como acabamos de rememorar, qual foi a reação dos catarinenses à drástica mudança no poder? Mandavam, no momento os liberais, porém, os conservadores uniram-se aos republicanos que chegavam, e aproveitaram o episódio para virar o jogo de poder. Santa Catarina não se posicionou como comunidade regional. Inexistiu como tal. No episódio da titularidade imobiliária da Ilha, *mutatis mutandis* da mesma maneira; não houve um posicionamento de um povo a repelir abusiva e injusta intervenção federal. Também foi leniente Santa Catarina em face da distribuição de royalties do petróleo, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, visivelmente favoreceu o Estado do Paraná, e até hoje, passados mais de 20 anos

---

<sup>57</sup> CARLIN, Volnei Ivo; PEREIRA, Moacir. *Alcides Abreu: o construtor do futuro*. Florianópolis: Insular, 2009 p. 144. Nascido em 1926, Alcides Abreu foi entrevistado por Moacir Pereira, nesta obra que resgata a contribuição do grande professor no desenvolvimento catarinense. O episódio é narrado na p. 144.

<sup>58</sup> O episódio está registrado na Revista do IHGSC, em discurso proferido na Assembleia Legislativa do Estado, em 16 de agosto de 2005. PILATI, José Isaac. Outorga do diploma de mérito. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, 3ª fase, n. 24, 2005, p. 121-132. Na mesma *Revista*, p. 133-142, o discurso do Deputado Edison Andrino, a respeito do assunto. Também: PILATI, José Isaac. A Ilha de Santa Catarina na mira da União: um ranço feudal. In: PEREIRA, Nereu do Vale et al, org. *A Ilha de Santa Catarina: espaço, tempo e gente*. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002, v. 2-2, p. 13-31.

mais de 2.500 páginas de processo no Supremo Tribunal Federal, a situação de prejuízo para o Estado permanece inalterada<sup>59</sup>.

O problema vem dos primórdios da nossa história, como denunciava o Deputado Elyseu Guilherme da Silva<sup>60</sup> perante a Assembleia Legislativa Provincial em discurso proferido, na Casa, já nos idos de 10 de março de 1880. O Deputado lamentava o descaso das autoridades do Império em relação aos *interesses mais palpitantes desta porção do império brasileiro, ao vê-la de todo abandonada não só na marcha ordinária de seus negócios, como ainda nos suas questões mais graves e importantes*. Referia-se a dois assuntos particularmente: protelação de obra de construção de estrada de ferro e a questão *que brada aos céus pela injustiça altamente revoltante [omissis], a velha questão de limites com a província do Paraná*.

Em poucas palavras, o Deputado Elyseu Guilherme demonstrou que os limites da Província de Santa Catarina eram claros e legais desde 1749, confirmando a linha antiga pelos rios, Negro e Iguaçu, o que fora ratificado em 1820 e 1821, antes mesmo da criação da comarca de Curitiba em 1853. O foco da pretensão paranaense, em contrário a tais leis nunca revogadas, teria sido o *achado* da região de Palmas por paulistas exploradores de ervais, como se a ocupação de posse por particulares em terra catarinense tivesse o condão de modificar os limites entre as duas províncias; pior ainda, em favor de uma terceira, a do Paraná, posteriormente desmembrada de São Paulo (a província de São Paulo teria legado uma *posse* territorial a do Paraná?). O inconformismo do Deputado catarinense era com a leniência do Governo central, que não se posicionava perante tamanho absurdo, e permitia a instalação do desassossego na região do *Contestado*.

---

<sup>59</sup> PEREIRA, Moacir. Royalties do petróleo de SC retornam à pauta do Supremo. Florianópolis, 13 de dezembro de 2013. Disponível em <http://wp.clicrbs.com.br/moacirpereira/2013/12/10/royalties-do-petroleo-de-sc-retornam-a-pauta-do-supremo/?topo=67,2,18,,67>, acesso em 10 de março 2015.

<sup>60</sup> SILVA, Elyseu Guilherme da. *Discurso*: pronunciado na Assembleia Legislativa provincial, em sessão de 10 de março [1880?], pelo sr. Deputado Elyseu Guilherme da Silva, sobre a Força Pública. Assembleia Legislativa de Santa Catarina, sd, p. 283-301. O documento pertence ao acervo do IHGSC por doação do Sócio Emérito Aluizio Blasi. Consta anotação de que Elyseu Guilherme da Silva nasceu em São José, em 20 de novembro de 1846 e faleceu em 16 de abril de 1928.

Isso levaria Santa Catarina a perder parte de seu território líquido e certo, justamente pela falta de prestígio e respeito, aquele velho problema que veio da época imperial e prossegue até hoje, com a República e a Federação.

### **José Boiteux Patrono da Cadeira n. 02 da Academia Catarinense de Letras Jurídicas**

O vulto de José Arthur Boiteux como um catarinense devotado à coisa pública e às causas do Estado tem sido objeto permanente de homenagens e reverências, mas faltava uma instituição que o distinguisse como criador do ensino jurídico neste Estado. Em 13 de dezembro de 2012, em Florianópolis, sob a presidência de Cesar Luiz Pasold, confrade deste IHGSC; a vice-presidência do também confrade José Isaac Pilati; da Secretária e Doutora em Direito Elizete Lanzoni Alves; e do Tesoureiro e mentor da ideia, Ricardo José da Rosa, foi fundada a Academia Catarinense de Letras Jurídicas – ACALEJ, que congrega diversas categorias profissionais da área do Direito: magistrados, advogados, promotores de justiça, professores, defensores públicos, delegados de polícia.

Entre as quarenta cadeiras e os quarenta patronos, foi destinado a ele, José Boiteux, a de n.2, cujo primeiro ocupante e fundador, neste momento apresenta o panegírico em sua homenagem. Na solenidade de instalação, em 05 de abril de 2013 estava presente, como instituição co-fundadora e parceira, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina - IHGSC, na pessoa de seu Presidente Augusto Cesar Zeferino, juntamente com o Presidente da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, Professor Doutor Francisco Amaral. Naquela noite, no auditório Túlio Gondin, foram empossados e receberam as insígnias dez confrades, segundo a ordem de numeração das cadeiras: Cesar Luiz Pasold, José Isaac Pilati, Elizete Lanzoni Alves, Ricardo José da Rosa, Paulo de Tarso Brandão, Alúzio Blasi, Zenildo Bodnar, Luis Carlos Cancellier de Olivo, José Rubens Morato Leite, Antônio Carlos Wolkmer. Também se deu posse *in memoriam*, para figurar como fundadora, a Maria da Graça dos Santos Dias, que falecera poucos antes do evento.

*A ACALEJ tem por finalidade a preservação e resgate histórico de dados literários jurídicos, o aprimoramento das letras jurídicas em quaisquer de seus ramos, a difusão e a publicação de obras jurídicas, a qualidade e o zelo da*

*Produção do Direito, das peças e da argumentação jurídica* (art. 2º do Estatuto)<sup>61</sup>. Atualmente estão ocupadas 18 Cadeiras, com previsão de novas aquisições nos próximos meses. O Colégio Acadêmico tem observado à risca a orientação estatutária, selecionando nomes com perfil acadêmico, além do requisito mínimo que é: *ser autor ou coautor de pelo menos uma obra jurídica publicada* (art. 3º, § 1º do Estatuto)<sup>62</sup>. Algumas posses são realizadas em cidades do interior do Estado, como por exemplo, de Aristides Cimadon na Cadeira 35, que tem como patrono Dante Martorano (em Joaçaba) e Ruy Samuel Espíndola na Cadeira n. 14, que tem como Patrono Acácio Bernardes (em Blumenau).

A ACALEJ mantém articulada parceria com diversas instituições, começando pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina, que lhe fornece o espaço para sede e mantém convênio para restauração e conservação de obras raras; com o Ministério Público de Santa Catarina, em torno do resgate histórico de dados literários jurídicos, inclusive com a publicação da obra de Osni Regis, Patrono da Cadeira 10; com a Associação dos Magistrados Catarinenses, convênio para publicação de obras e realização de eventos; com a Universidade Federal de Santa Catarina, com a mesma finalidade; com a Fundação José Arthur Boiteux, com o objetivo de produção de documentários e publicação de obras, incluindo a edição de livro panegírico a Telmo Vieira Ribeiro, Patrono da Cadeira n. 8, a cargo do confrade Luis Carlos Cancellier de Olivo e apoio da UNOESC e sua Editora; e com este IHGSC, um projeto de produção documental conjunta e outras atividades, incluindo, certamente, a parceria na publicação do panegírico a José Arthur Boiteux, Patrono da Cadeira n. 2.

O ritual de posse da ACALEJ é bem conhecido. Sempre homenageia um personagem e uma obra das letras jurídicas, preferentemente catarinenses. Por exemplo, o pioneirismo de Paulo Blasi na Pós-Graduação em Direito e de Tycho Brahe Fernandes Neto no Direito ambiental em Santa Catarina, foram objeto de homenagem no *Proscênio Sublime* da Academia; da mesma forma a obra jurídica

---

<sup>61</sup> Estatuto da ACALEJ, disponível em

[http://media.wix.com/ugd/8b53e0\\_961b6687abe5196d043f8d66ba4ecdc7.pdf](http://media.wix.com/ugd/8b53e0_961b6687abe5196d043f8d66ba4ecdc7.pdf), acesso em 10 mar. 2015.

<sup>62</sup> Idem, disponível em [http://media.wix.com/ugd/8b53e0\\_961b6687abe5196d043f8d66ba4ecdc7.pdf](http://media.wix.com/ugd/8b53e0_961b6687abe5196d043f8d66ba4ecdc7.pdf), acesso em 10 mar. 2015.

de Manoel da Silva Mafra referente à defesa de Santa Catarina perante o Supremo Tribunal Federal na questão de divisas com o Estado do Paraná. Entre os Patronos, muitos pertenceram ao IHGSC, e entre os ocupantes de Cadeiras também há diversos membros do Instituto. Portanto, como se observa, também na ACALEJ o espírito de José Boiteux guarda, governa e ilumina os desígnios de Instituição.

Nos versos de Cruz e Sousa, amigo e conterrâneo de José Boiteux, diria para finalizar, que o nosso homenageado: *Desperta em mim a mocidade flórea/ de sentimentos que não têm velhice*<sup>63</sup>.

E ademais, aqui nesta Casa de José Boiteux, senhores Presidentes das instituições coirmãs aqui presentes ou representadas, senhores confrades, senhoras e senhores, peço permissão para encerrar as minhas palavras com o poema de Cruz e Sousa que deve ser considerado o hino deste lar da cultura em Santa Catarina, que é *Domus Aurea*, Casa dourada<sup>64</sup>:

*De bom amor e de bom fogo claro  
Uma casa feliz se acaricia...  
Basta-lhe luz e basta-lhe harmonia  
Para ela não ficar ao desamparo.*

*O sentimento, quando é nobre e raro,  
Veste tudo de cândida poesia...  
Um bem celestial dele irradia,  
Um doce bem, que não é parco e avaro.*

*Um doce bem se derrama em tudo,  
Um segredo imortal, risonho e mudo,  
Que nos leva debaixo da sua asa.*

---

<sup>63</sup> SOUSA, João da Cruz e. Piedosa. In: Junkes, Lauro (org). *Cruz e Sousa simbolista: broqueis, faróis, últimos sonetos*. Jaraguá do Sul: Avenida, 2008, p. 169.

<sup>64</sup> SOUSA, João da Cruz e. Piedosa. In: Junkes, Lauro (org). *Cruz e Sousa simbolista: broqueis, faróis, últimos sonetos*. Jaraguá do Sul: Avenida, 2008, p. 282.

*E os nossos olhos ficam rasos d'água  
Quando, rebentos de uma oculta mágoa,  
São nossos filhos todo o céu da casa.*

Muito obrigado!